

RETIFICAÇÃO DE ATA DE ASSEMBLEIA

À

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ENTIDADE _____

Eu, _____, na qualidade de
Secretário(a),

da Assembleia Geral Extraordinária realizada em ___/___/___, da entidade supracitada,
CERTIFICO que, por lapso/erro material, houve necessidade de retificação na Ata lavrada,
que passa a vigorar com a seguinte alteração:

1. IDENTIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA ORIGINAL

Data da Assembleia: ___/___/___

Local da Assembleia: _____

Ordem do dia: _____

2. RETIFICAÇÃO

No item _____ da Ata original, onde consta:

Deve-se ler:

3. RATIFICAÇÃO

Excetuando-se a retificação acima indicada, permanecem inalteradas todas as disposições
constantes da Ata original.

4. DELIBERAÇÃO

A presente retificação foi submetida à apreciação dos presentes na Assembleia Geral
Extraordinária realizada em ___/___/___, sendo aprovada por unanimidade/maioria dos votos.

5. FORMALIZAÇÃO

E, para constar, lavro a presente Ata de Retificação, que será assinada pelo(a) Presidente,
Secretário(a) e demais membros presentes.

_____, ___ de _____ de _____

Local e data

Presidente da Assembleia

Secretário(a) da Assembleia

Membro(s) presente(s)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- A retificação de ata deve ser clara e precisa, indicando o erro e a correção exata.
- Deve constar a aprovação da retificação pelos presentes na assembleia.
- A ata retificadora tem força jurídica para corrigir erros materiais sem invalidar o teor geral da ata original.
- Recomenda-se a assinatura de todos os presentes para maior segurança jurídica.

DECLARO, para os devidos fins, que esta retificação foi realizada conforme as normas estatutárias e legais vigentes, respeitando a transparência e publicidade necessárias às decisões da Assembleia Geral.

Fonte original deste documento:

<https://adv-documentos.com/retificacao-de-ata/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-documentos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.